



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

POSSE DA NOVA GESTÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

DISCURSO

Tribunal Superior Eleitoral
Brasília - DF
14.08.2018

Claudio Lamachia
Presidente Nacional da OAB



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

Senhoras e senhores,

Começo minha participação nesta solenidade com uma constatação: jamais, como agora, a democracia brasileira dependeu tanto de seu Judiciário – de sua firmeza, serenidade e bom senso.

A degradação da cena política deu à Justiça – sobretudo ao Supremo Tribunal Federal e a este Tribunal Superior Eleitoral – protagonismo inédito e não desejado.

Tornou-se o Judiciário, por imperativo conjuntural, instância de solução de questões que, em ambiente de normalidade, deveriam ser resolvidas no âmbito da própria política.

Mas, como é fácil constatar, o ambiente político está longe da normalidade. Os sucessivos escândalos que, ao longo dos últimos



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

anos, expuseram agentes públicos situados no topo da hierarquia política, abalaram os alicerces morais da República.

A política tem de ser a solução, e não a origem dos problemas.

O desafio é grande, mas os benefícios são ainda maiores. Afinal, é a boa política o instrumento para promover a transformação social, permitindo que todas e todos tenham acesso a serviços públicos de qualidade em saúde, educação, segurança, transportes.

Não podemos, portanto, criminalizar a política, nem aqueles que a exercem honrosamente. Não há democracia sem política, e não há política sem políticos. Precisamos, sim, aperfeiçoá-la, sempre cientes de seu papel fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária.

Não obstante a perplexidade dos cidadãos ante a grave crise que se instalou na política brasileira, temos um precioso ativo, cuja



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

importância não deve jamais ser esquecida ou negligenciada. Falo da democracia.

Democracia que, entre muitos méritos, tem o de conceder-nos, regularmente, a oportunidade de renovarmos nosso compromisso com a Nação. Para isso, o principal instrumento é a realização periódica de eleições, a exemplo das que ocorrerão em outubro, no marco dos 30 anos de promulgação da Constituição da República, diploma que fundou um novo paradigma na história pátria.

As eleições que se avizinham são as mais importantes e decisivas desde o início da redemocratização, há 33 anos.

As últimas conquistas como a lei da ficha limpa, a proibição de financiamento eleitoral por empresa e a proibição de doações ocultas foram avanços valiosos. Mas temos de evoluir muito mais.

Temos de vencer a sub-representação política das mulheres. Apesar de serem mais da metade da população, elas representam apenas 13% dos eleitos na última eleição, de 2016.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

Também é preciso enfrentar a necessidade de haver democratização das agremiações partidárias e acabar com o absurdo fundo eleitoral bilionário, custeado com dinheiro público, bem no momento em que registramos um desemprego que chega próximo dos 14 milhões.

O desejo da sociedade por mudanças tem-se manifestado nas ruas, na imprensa, nas redes sociais... Resta manifestar-se nas urnas e com muita responsabilidade!

Os olhos da Nação, por isso mesmo, voltam-se para cá, para esta Corte Eleitoral, que tem o dever de dar ao eleitor brasileiro o que ele mais necessita e postula neste momento: segurança jurídica, garantia de isenção e fidelidade à lei na supervisão do pleito.

As eleições, afinal, constituem o coroamento do processo democrático, o oxigênio que o renova e garante-lhe a continuidade.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

Eleições livres e transparentes são o fator fundamental do que se convencionou chamar de governabilidade.

Tudo começa – embora não termine – com o voto.

O ambiente de polarização ideológica e exacerbação dos ânimos, em meio a uma das crises econômicas mais agudas das últimas décadas, faz prever um cenário eleitoral tenso, como poucas vezes se viu.

Prevê-se, por isso mesmo, volume inédito de demandas, em que as facções buscarão judicializar conflitos que, repito, poderiam em grande parte se resolver na própria campanha.

Mas há sinais positivos. A crise, ao tempo em que fragiliza as instituições, é, também, provedora de oportunidades. E tem levado a população a exercer uma intervenção sem precedentes no âmbito da cena política – quer pelas manifestações nas redes sociais, quer



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

pela presença direta nas ruas, como tivemos a oportunidade de testemunhar nos últimos tempos e de maneira recorrente.

O povo, enfim, toma posse de seu País. Já era tempo.

Convém não esquecer que a corrupção na política, que levou figurões graduados aos tribunais – e alguns deles à condenação –, tem raízes históricas na negligência e/ou inconsciência com que parcela expressiva da população exerceu o voto.

Nenhum dos políticos hoje presos chegou aos cargos que exerciam por outra forma que não o voto.

Os partidos políticos, hoje submetidos ao descrédito, firmaram-se e ocuparam os principais postos da República pelo consentimento espontâneo dos cidadãos. Pelo voto direto e secreto.

Enquanto a população não despertar para a realidade de que o voto é seu instrumento de exercício da cidadania, continuará a ser refém de quem elege. Uma escolha malfeita torna quem a faz refém de seu



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

próprio equívoco por nada menos que o espaço de um mandato: quatro ou oito anos (no caso dos mandatos de Senador).

Não adianta depois se queixar: botão apertado não volta atrás. Por essa razão, a OAB lançou campanha pública em defesa do voto consciente. Não nos cansamos de alertar o cidadão: o voto é sua maior arma; não erre a pontaria. Voto não tem preço: tem consequência. E a consequência de uma escolha malfeita é justamente a responsável por essa crise ética e moral que estamos vivendo.

A eleição é a oportunidade de banir os maus políticos da vida pública. Votar nulo ou branco é um desserviço à democracia.

Também este TSE tem se ocupado, em sua publicidade institucional, de chamar a atenção do eleitor para a importância de votar bem, de buscar conhecer os candidatos, de se conscientizar



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

sobre o que está em jogo, de não votar de maneira irresponsável.

Mas foi preciso que algo de maior impacto ocorresse – as denúncias de corrupção – para que o eleitor começasse a despertar para essa realidade. Antes tarde que nunca.

Sabe hoje a maioria – ou pelo menos parcela expressiva do eleitorado – que não basta conhecer os candidatos à Presidência da República ou aos governos estaduais.

O Congresso Nacional e as assembleias legislativas são igualmente fundamentais na definição dos destinos do País. O papel do Parlamento é tão importante quanto o do Executivo – e, de certa forma, ainda maior, na medida em que pode impugnar o Presidente da República, sem que este tenha prerrogativa equivalente.

A Ordem dos Advogados do Brasil, comprometida por imperativo de seu Estatuto (que é Lei Federal) com a defesa da Constituição e das instituições democráticas, é parceira da Justiça Eleitoral na vigilância por um pleito transparente, justo e ordeiro.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

Não temos partido ou ideologia. Ou por outra, nosso partido é o Brasil e nossa ideologia a Constituição. Não temos qualquer outro vínculo ou compromisso – e estes bastam para nos manter atentos e inseridos na cena pública, como tribuna da cidadania brasileira.

Nesses termos, concluo minha participação nesta cerimônia saudando a Ministra Presidente Rosa Weber, e os Ministros Luís Roberto Barroso e Jorge Mussi, que a partir de hoje passam a ocupar, respectivamente, os cargos de Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral neste Tribunal Superior Eleitoral.

Em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, desejamos que tenham clareza, serenidade e sabedoria, atributos que não lhes têm faltado ao longo de suas carreiras vitoriosas na magistratura – e que, mais que nunca, se fazem indispensáveis, neste momento tão delicado.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

Cumprimentamos também o Ministro Luiz Fux, que hoje conclui seu mandato, cuja missão, não menos árdua – e que cumpriu com grande habilidade e competência - foi a de preparar esta Corte para as eleições de outubro próximo.

A todos e em especial à Ministra Rosa Weber, magistrada que conheço há muito tempo, comprometida e preparada para o tamanho da missão, os votos sinceros da advocacia brasileira para que mais este desafio se cumpra e a democracia brasileira se firme cada vez mais.

Muito obrigado – e que Deus nos ilumine.